

# **PORTARIA Nº 248 DE 11 DE JUNHO DE 1997**

(Publicada no Diário Oficial de 12/06/1997)

Ver Portaria nº 379/97, publicada no DOE de 22/08/97, que dispõe sobre o recadastramento de equipamentos destinados a emissão de Cupom Fiscal, autorizados para uso fiscal.

Ver ["Port 8/98">Portaria nº 08/98](#), publicada no DOE de 07/01/98, que estabelece prazos e procedimentos para substituição de equipamentos ECF sem memória fiscal.

Ver Portaria nº 179/98, publicada no DOE de 02/04/98, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelo contribuinte usuário de máquina registradora sem memória fiscal e que passaram a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF)

**Disciplina o uso de equipamento do tipo máquina registradora ou terminal ponto de venda (PDV), que não possua memória fiscal.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 731 do RICMS/BA, e

Considerando que os equipamentos tipo máquinas registradoras mecânicas, eletromecânicas, algumas eletrônicas e alguns terminais ponto de venda, não são fabricados há mais de 10 (dez) anos e, portanto, não oferecida a devida garantia de peças e segurança na sua manutenção;

Considerando que esses equipamentos não dispõem de memória fiscal destinada a gravar informações de interesse fiscal;

Considerando que, na substituição desses equipamentos, será concedido crédito presumido ao adquirente de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), na forma disposta do inciso IX do art. 96, do RICMS/BA, em importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor de aquisição do equipamento substituto;

## **RESOLVE**

**Art. 1º** Fica cancelada, a partir de 1º de janeiro de 1998, a autorização de uso concedida para o equipamento do tipo máquina registradora ou terminal ponto de venda (PDV), que não possua memória fiscal.

**Art. 2º** A Inspetoria Fazendária deverá expedir nova autorização de uso para equipamentos do tipo descrito no artigo anterior, com prazo máximo de validade até 31.12.97, em substituição àquela concedida anteriormente.

**Art. 3º** O equipamento do tipo previsto no art. 1º desta Portaria, que for encontrado sendo utilizado pelo usuário a partir de 1º de janeiro de 1998, deverá ser apreendido pelo fisco como meio de prova de infração à legislação do ICMS, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista na legislação vigente.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS**

Secretário em Exercício